



Terras
do Côa

da Malcata ao Reboredo

os valores do Côa

Ficha Técnica

Título

Terras do Côa / da Malcata ao Reboredo
Os Valores do Côa

Promotor e Editor

Estrela-Côa – Agência de Desenvolvimento Territorial da Guarda

Concepção e Coordenação

Parque Arqueológico Vale do Côa

Fotografia e Secretariado

Centro Nacional de Arte Rupestre

Edição co-financiada por

Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa (PROCÔA)
Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR)

Design Gráfico

José Luís Madeira

Execução

SerSilito - Empresa Gráfica, Lda./Maia

Tiragem

1500 exemplares

Depósito legal

124831/98

ISBN

972-97832-0-9

1998

Fotografia da capa

Gravura rupestre de 1944, Foz do Rego da Vide, Vale do Côa (CNART)

Terras do Côa Da Malcata ao Reboredo

COORDENAÇÃO:

Alexandra Cerveira Pinto S. Lima

FOTOGRAFIA:

Manuel Almeida

AUTORES:

ALEXANDRA CERVEIRA PINTO S. LIMA

Mestre em Arqueologia (Instituto de Conservação da Natureza, colaboradora do Parque Arqueológico Vale do Côa)

ANA MARGARIDA CARVALHEIRA

Mestre em História de Arte

ANTÓNIO FAUSTINO DE CARVALHO

Mestre em Pré-História e Arqueologia (Parque Arqueológico Vale do Côa)

ANTÓNIO MARTINHO BAPTISTA

Arqueólogo (Director do Centro Nacional de Arte Rupestre)

FERNANDO MAIA PINTO

Arquitecto (Director do Parque Arqueológico Vale do Côa)

FRANCISCO SANDE LEMOS

Doutorado em Pré-história e História da Antiguidade (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho)

GASPAR MARTINS PEREIRA

Doutorado em História Contemporânea (Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; coordenador do Grupo de Estudos Históricos da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto - GEHVID)

GONÇALVES GUIMARÃES

Mestre em Arqueologia (Director da Casa Municipal de Cultura/Solar Condes de Resende, V.N.Gaia; assistente convidado da Universidade Portucalense Infante D. Henrique)

HELOÍSA SANTOS

Arqueóloga (investigadora do GEHVID)

ISABEL ALEXANDRA LOPES

Arqueóloga (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigadora do GEHVID)

ISABEL MARIA FERNANDES

Bolseira de Doutoramento do Praxis XXI / Universidade do Minho

JORGE ARGÜELLO

Doutorado em História (pela Univ. de Oviedo) e bolseiro de pós-Doutoramento da *Fundación para el Fomento de la Investigación Científica Aplicada y Técnica del Principado de Asturias*

JORGE FORTUNA

Ecólogo (colaborador do Gabinete Municipal de Arqueologia e História da Câmara Municipal de Matosinhos)

LAURA CASTRO

Mestre em História de Arte (Departamento de Museus e Património da Câmara Municipal do Porto)

MARCOS OSÓRIO

Arqueólogo (Câmara Municipal do Sabugal)

MIGUEL AREOSA RODRIGUES

Mestre em Arqueologia (Instituto Português do Património Arquitectónico/Porto; investigador do GEHVID)

PAULA BARREIRA ABRANCHES

Arqueóloga (investigadora do GEHVID)

PAULO DORDIO

Mestre em Arqueologia (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigador do GEHVID)

RICARDO TEIXEIRA

Mestre em Arqueologia (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigador do GEHVID)

SUSANA COSME

Arqueóloga (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigadora do GEHVID)

SUZANA FARO

Pós-Graduada em Museologia (Responsável pelo Museu da Indústria Têxtil, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão)

THIERRY AUBRY

Doutorado em Arqueologia (pela Univ. de Bordéus) (Parque Arqueológico Vale do Côa)

Sumário

Introdução	7	CAPÍTULO III	
CAPÍTULO I		CONSTRUÇÃO E ESPAÇO SAGRADO:	
CENTROS DE POVOAMENTO:		UM PERCURSO PELA ARQUITECTURA RELIGIOSA	
UM PERCURSO PELAS VILAS MEDIEVAIS		Património Religioso Edificado e Arte Sacra.	
Notas de viagem pelas vilas do Riba Côa e algumas vilas no Riba Douro	15	Registo de ocorrências discretas	103
I – Quatro antigas vilas que guardavam o Douro:		<i>O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Aguiar</i>	117
Freixo de Espada à Cinta, Mós, Urros e Alva	15		
II – No final do século XIII a aldeia de Torre de Moncorvo		CAPÍTULO IV	
substituiu a vila de Santa Cruz da Vilarça	18	SABERES TRADICIONAIS: O BARRO, O FERRO E A SEDA	
III – Vila nova do rei D. Dinis na foz do rio Côa	22	A Olaria	135
IV – Vila Velha de Numão - Um projecto de investigação		– A olaria de Felgar / Larinho	136
arqueológica em curso	24	– A olaria de Santa Comba / Barreira	137
V – Três Comendas Velhas da Ordem de Cristo:		A Olaria de Malhada Sorda	141
Longroiva, Muxagata e Meda	30	O trabalho do ferro	144
VI – Da «cidade» romana dos Aravi à vila medieval e moderna		Olhares sobre a seda nas terras do Côa	151
de Marialva	32		
VII – Da <i>penela</i> alto medieval de «Moraria» à vila fortificada		CAPÍTULO V	
de Moreira de Rei	36	TERRAS DO CÔA: DOMINANDO A PAISAGEM	
VIII – A vila de Trancoso onde D. Dinis festejou as bodas do casamento		Património Natural do Vale do Côa: uma abordagem	163
com D. Isabel de Aragão	38	Senhora do Castelo de Urros	166
IX – Castelo Melhor e Almendra: duas vilas do reino de Leão		Senhora do Castelo da Adeganha	168
que passaram a ser uma só no Reino de Portugal	41	Senhora dos Montes Ermos	170
X – A vila leonesa de Castelo Rodrigo, a vila portuguesa de Pinhel		Marialva	173
e o passo do Côa na Ponte Velha	43	Sabugal Velho	174
XI – A vila medieval de Almeida sob a praça militar de fronteira		Caria Talaia	176
dos séculos XVII e XVIII	51	Sortelha	178
XII – A vila leonesa de Castelo Bom, a vila portuguesa de			
Castelo Mendo e o passo do Côa no Porto de S. Miguel	55	CAPÍTULO VI	
XIII – Duas pontes do Côa no caminho entre três vilas leonesas		TERRAS DO BAIXO CÔA:	
e duas vilas portuguesas	59	PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA	
		As gravuras, a beleza e a liberdade	183
CAPÍTULO II		O povoamento paleolítico da bacia do baixo Côa	184
O APROVEITAMENTO DE RECURSOS E A CONSTRUÇÃO		Do fim do Paleolítico à aquisição da Escrita no Baixo Côa	190
DA PAISAGEM: UM PERCURSO PELAS QUINTAS		A arte do Côa e Alto Douro e o Centro Nacional de Arte	
Apontamentos sobre a Vinha e o Vinho no Douro Superior	77	Rupestre (CNART)	196
O Côa, as quintas e o povoamento romano subjacente	85	Ler na Paisagem Contemporânea Paisagens Medievais e Modernas	202
– As Quintas	85	Das Escavações arqueológicas ao Museu de Sítio da Ervamoira:	
– Quintas, <i>villae</i> e povoamento em época romana	87	um programa global de investigação multidisciplinar	205
– Outras modalidades do povoamento romano	90	Projecto de Investigação Arqueológica do Território do Monte	
– Percursos	92	do Castelo (Almendra)	209



Capítulo II

O aproveitamento de recursos
e a construção da paisagem:
um percurso
pelas quintas

Gaspar Martins Pereira
Ricardo Teixeira

APONTAMENTOS SOBRE A VINHA E O VINHO NO DOURO SUPERIOR

Uma tradição vitícola sem expressão comercial

A importância da viticultura no vale do Côa, como aliás em todo o Douro Superior, é recente, em comparação com as outras sub-divisões da Região Demarcada do Douro, o Baixo e o Cima Corgo. Não quer dizer que, nesta área, a cultura da vinha fosse desconhecida em tempos antigos. Os vestígios arqueológicos comprovam o cultivo milenar da videira e o fabrico do vinho no território que hoje designamos por Douro Superior, ou seja, o vale do Douro e os vales terminais dos seus afluentes entre os contrafortes graníticos do Cachão da Valeira e a fronteira com Espanha. No Buraco da Pala, em Mirandela, a arqueóloga Maria de Jesus Sanches encontrou grainhas de *Vitis vinifera*, que datou do período calcolítico (SANCHES, 1998). A abundância de fragmentos de *dolia* (talhas de armazenamento de vinho) e alguns lagares cavados na rocha atestam em diversos locais a intensificação da cultura da vinha na época da romanização (ANTUNES; BAËRE, 1997; COIXÃO, 1996). A traço grosso, em abono da tradição vinhateira do Douro Superior poderia ainda invocar-se a multiplicidade de referências à vinha e ao vinho que nos surgem nos documentos medievais e modernos da região. Basta compulsar os forais concelhios destas terras, quer os da zona leonesa de Ribacôa (Castelo Rodrigo, Almendra e Castelo Melhor, outorgados por Afonso IX de Leão, no início do século XIII), quer os da zona portuguesa (Numão, 1130; Ansiães, 1137-39, 1219; Freixo, 1152; Mós, 1162; Urros, 1162; Freixiel, 1197-1209; Junqueira da Vilariça, 1201; Vilarinho da Castanheira, 1218; Santa Cruz da Vilariça, 1225; e outros). Aí nos aparecem as mais variadas referências, desde multas ou castigos por danos causados nas vinhas ou roubo de uvas à regulação da venda e compra de vinhos ou a tributos pagos em vinho (REIS, 1991). No século XV, perante a expansão da cultura do cânhamo na Vilariça, os procuradores do povo às Cortes pediam a intervenção do rei para impedir o abandono das terras de pão e das vinhas. Por volta de 1467, um viajante estrangeiro, o barão Leão de Rosmital, depois de passar por Freixo de Espada-à-Cinta e Moncorvo, fala-nos de «vinho de uvas passas, a que na Boémia se chama vinho grego» que se produzia nesta zona do Douro (GARCÍA MERCADAL, 1952). Poderia ainda invocar-se as abundantes referências ao vinho das descrições setecentistas, nomeadamente das *Memórias Paroquiais* de 1758.

O que está em causa não é, pois, a ausência de tradição da viticultura, mas antes o seu menor significado na economia local e, sobretudo, a não integração dos seus vinhos no circuito comercial, ao contrá-



Fig. 1 – Quinta de Ervamoira

rio do que aconteceu com as outras zonas do alto vale do Douro. Nos séculos XVII e XVIII, na época em que a viticultura mercantil alastrava no Baixo e Cima Corgo, o Douro Superior era uma unidade económica e cultural bem distinta do Alto Douro, mais empenhada na cerealicultura e criação de gado, nas actividades artesanais e no comércio almocreve.

Em finais do século XVIII, em relação às produções de Foz Côa, D. Joaquim de Azevedo referia: «o vinho é pouco, e se gasta até Janeiro» (AZEVEDO, 1877: 192). Em contrapartida, a terra produzia, mesmo com técnicas rotineiras, cereais em abundância (trigo, centeio e cevada). Os montes e encostas menos propícios à cerealicultura cobriam-se de amendoeiras e de sumagrais espontâneos. A produção de pó de sumagre, que em muitas zonas do Douro desaparecera com o alastrar do vinhedo, continuaria a fazer-se em Foz Côa, exportando-se várias dezenas de toneladas para as tinturarias e curtumes do Porto e outras terras (em finais do século XIX, Afonso Cabral aponta uma produção média de 60 toneladas de sumagre por ano) (CABRAL, 1895: 474-475). Por toda a área do actual concelho, desenvolvia-se a cultura da oliveira e a criação de gado, sobretudo lanígero. A extensão dos terrenos baldios e pastos comuns garantia até aos mais pobres a actividade pastoril.

Em contrapartida, mantinha-se aqui a tradição de um comércio almocreve e de centros artesanais dinâmicos, com núcleos activos de cristãos-novos, descendentes de judeus. O Douro Superior era então um espaço mais voltado para Espanha. Ao inverso do que sucedia no Alto e Baixo Corgo, onde o rio e a relação com o Porto sempre dinamizaram as ligações no sentido Este-Oeste, o sistema de relações continuava a privilegiar aqui os laços tradicionais transfronteiriços com as terras de Salamanca e as ligações Norte-Sul.

É certo que, a partir de meados do século XVII, precisamente quando se assistia ao alastrar da viticultura no Baixo Corgo, um conjunto de factores viria contribuir para a decadência progressiva das vilas do Douro Superior, que haviam atingido um período de grande prosperidade no século anterior. Na sequência da Guerra da Restauração, afrouxaram as relações de fronteira. A perseguição inquisitorial aos cristãos-novos fez estiolar as activas comunidades de almocreves e artesãos. Já no século XVIII, na *Guerra do Mirandum* (1762), as tropas espanholas trouxeram a destruição e o saque a vilas estratégicas, como Miranda e Moncorvo, afectando o sistema de relações e enfraquecendo as actividades económicas mais dinâmicas. Apesar disso, ainda no início do século XIX encontramos referências ao dinamismo mercantil destas terras. Em relação a Foz Côa, por exemplo, José Acúrcio das Neves escrevia, por volta de 1810: «Vila Nova é a terra de maior povoação da Comarca de Trancoso, e uma das mais ricas da Beira Alta, pelo muito comércio que ali se faz, tanto em sedas, como em bacalhau, arroz e outros géneros e comestíveis, que por aquele ponto se distribuem pelas terras comarcãs de Portugal e Espanha: oferece-lhe esta vantagem a sua posição junto ao Douro, que é navegável até às suas vizinhanças em uma grande parte do ano, ajudada pela indústria dos seus habitantes» (NEVES, s/d: 303).

Além dos factores histórico-culturais, também a natureza dificultava a integração do Douro Superior na região dos vinhos finos destinados à exportação. O Cachão da Valeira impedia a navegabilidade do rio, dificultando o transporte dos vinhos produzidos no Douro Superior para o Porto. Compreende-se, assim,

que a demarcação ordenada por Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, aquando da instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756), e executada logo a seguir (1758-1761), não incluisse o Douro Superior, fixando os limites da área legal de produção de vinhos finos de embarque nas proximidades do vale do Tua. As *Demarcações Subsidiárias*, realizadas no reinado de D. Maria (1788-1793), num contexto de expansão comercial, vieram valorizar os vinhos da zona entre o Pinhão e o Tua, mas continuaram a excluir o Douro Superior.

A lenta integração na Região Demarcada do Douro

Mesmo depois de destruído o Cachão da Valeira, em 1792, a expansão do vinhedo para montante será bem mais tardia, até porque a Companhia estabelecia severas penas contra os introdutores de vinhos na região demarcada. Só por altura da primeira revolução liberal, aproveitando o afrouxar do poder da velha Companhia das Vinhas do Alto Douro, alguns comerciantes e grandes proprietários irão lançar-se na formação de quintas no Douro Superior. Em 1820, Miguel António Ferreira plantava 25 ha de vinha na Quinta do Silho, uma vasta propriedade de cerca de 120 ha, no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo (VILA MAIOR, 1876: 69-77). Por essa altura, já os vinhos da Quinta de Vargelas, de António Bernardo de Brito e Cunha adquiriam notoriedade no mercado londrino. E, em 1823, António Bernardo Ferreira, adquiria ao conde da Lapa, a título de emprazamento perpétuo, a vastíssima Quinta das Figueiras, em Numão, no concelho de Vila Nova de Foz Côa, onde se produziam essencialmente cereais e sumagres. Nesse mesmo ano, iniciava aí a plantação de vinhas, que se estenderiam por 140 ha, empregando algumas centenas de trabalhadores por dia. Num requerimento enviado ao Rei em 1824, em que António Bernardo pede autorização para exportar os vinhos da Quinta das Figueiras, consta que os gastos gerais da plantação orçavam em cerca de 100 contos de réis. Este requerimento assumia frontalmente a prática do contrabando de vinhos e de bilhetes de qualificação, bem como a valorização crescente da zona a leste do Cachão da Valeira, excluída ainda da demarcação de vinhos de embarque. A Quinta das Figueiras, escreve António Bernardo, «cujo limite fica fora do exclusivo da referida Junta da Companhia, e é aquele em que a experiência tem mostrado se produzem os Vinhos genuínos, que efectivamente são exportados ilegalmente para Inglaterra, em prejuízo da Real Fazenda e da moral pública, em cujo mercado ordinariamente valem de 10 a 12 libras mais do que o geral dos vinhos do exclusivo da Junta da Companhia [...] os exportadores de vinhos, por lhe não fazerem conta os vinhos de muitos sítios do exclusivo da Junta da Companhia pela sua má qualidade, compram todos os anos os



Fig. 2 – Quinta do Silho

bilhetes de qualificação destes vinhos, mais para com eles exportarem os Vinhos que estão no caso dos que produz a referida Quinta do Suplicante, chamada das Figueiras. A referida transacção dos Bilhetes de qualificação é feita à vista e à face de todo o Mundo, e suposto ela seja contra a Lei a ninguém escandaliza por ser de pura necessidade para Crédito do Comércio dos Vinhos». Em breve a Quinta das Figueiras (baptizada com o nome de *Quinta do Vesúvio*, em 1830, ano de excelente colheita) será considerada uma das melhores quintas do Douro. «Todos os ingleses nesta — escreve António Bernardo em 1827 — fizeram grandes elogios ao meu armazém. [...] Acresço a isto o não acharem segunda adega no Douro como a minha, o que os fez acreditar a paixão que tenho por vinhos bons, dizendo francamente que, tanto no Porto como no Douro, ninguém tinha melhores vinhos [...]». Em 1838, produzia já cerca de 531 pipas de vinho, embora neste número se devam incluir alguns vinhos comprados a diversos lavradores de Cima Cachão. A quinta do Vesúvio «feita como para príncipes, sem cálculo nem medida [...]», no dizer do visconde de Vila Maior, em 1865, seria ampliada ainda mais, a partir de 1850, por D. Antónia Adelaide Ferreira, nora e sobrinha de António Bernardo (PEREIRA e OLAZABAL, 1996: 14-18). Apesar de não se qualificarem para exportação, os vinhos da Quinta do Vesúvio eram introduzidos clandestinamente, sem dificuldades, no circuito exportador, alcançando grande reputação no mercado inglês. Em 1833, informa-nos o visconde de Vilarinho de S. Romão «quasi todo o vinho que se colhe nas margens do Douro, desde Arnozelo para cima até à barra de Vilarinho da Castanheira, tanto de um como de outro lado, é introduzido todos os anos para a Demarcação de Feitoria. Este vinho é em si mesmo muito bom» (GIRÃO, 1833: 290).

Porém, o movimento de expansão do vinhedo para leste será ainda relativamente lento até meados do século, já que as dificuldades comerciais não encorajavam o investimento na vinha. Só depois, com as doenças da videira (o oídio, desde os anos cinquenta, e a filoxera, desde a década seguinte) mais precoces e violentas na área demarcada tradicional, com o regime de liberdade comercial (desde 1865), com a legislação desamortizadora dos vínculos (1863) e dos baldios municipais e paroquiais (finais da década de sessenta) e sobretudo com a construção da linha do Douro é que se assistiria à expansão em grande da viticultura em todo o Douro Superior. No caso do concelho de Foz Côa, por exemplo, ainda por volta de 1865 a produção total de vinhos não ultrapassava as 1400 pipas. Menos de duas décadas depois, em 1882, elevava-se já a quase 6 mil pipas, vendendo-se a preços elevados. No entanto, a partir de 1879, a filoxera começara também a devastar os vinhedos de Foz Côa, de tal forma que, em 1884, a produção caíra para cerca de 160 pipas (PEREIRA, 1995: 35). Como por todo o Douro, a tenacidade do combate ao insecto, através do sulfureto de carbono e, depois, com o recurso a porta-enxertos americanos, permitiu reconstruir o vinhedo regional. Entre todas as quintas que surgiram nessa época sobressaía a do Vale Meão, fundada pela «Ferreirinha». Com cerca de 600 hectares, correspondentes a várias dezenas de parcelas baldias compradas, entre 1877 e 1879, em hasta pública ao concelho, a quinta chegou a empregar mais de mil trabalhadores diários na plantação que se iniciou em 1887, que só foi dada por concluída em 1896, ano da morte de D. Antónia. Nos outros concelhos do Douro Superior, o alastrar do vinhedo, em finais do século XIX, foi também significativo. Há mesmo autores da época que, perante este dinamismo

vinhateiro, consideram que o Douro Superior ultrapassa em quantidade e qualidade a área tradicional do Cima Corgo. É o caso de Afonso do Vale Pereira Coelho Cabral, proprietário das quintas de Paço de Monsul e do Cachão, que, em 1895, escrevia: «se hoje existem diferenças, são todas em favor do Douro Superior» (CABRAL, 1895: 346).

No início do século XX, reconstituídos os vinhedos do Baixo e Cima Corgo, a crise comercial viria travar o movimento de expansão no Douro Superior. No entanto, as novas demarcações de 1907 e 1908 traziam já a importância vitícola do Douro Superior, alargando a região produtora de vinho do Porto até à fronteira. Ao longo da primeira metade do nosso século, a viticultura do Douro Superior sofrerá os efeitos das profundas crises comerciais. Só a partir da década de sessenta, com a recuperação geral do sector e a afirmação do papel das adegas cooperativas, o movimento de expansão vitícola parece ganhar novo impulso.

A expansão recente

Nas últimas décadas, o alastrar do vinhedo no vale do Côa e um pouco por todo o Douro Superior tem realçado a importância estratégica desta área no seio da Região Demarcada do Douro, produtora dos vinhos com denominação de origem «Porto», mas também de alguns dos melhores vinhos de mesa «Douro».

Os indicadores estatísticos são elucidativos. No Douro Superior, o número de viticultores mais que duplicou entre 1972 e 1997 (passando de 3500 para 7541); a área de vinha triplicou, no mesmo período (de 3278 para 10105 ha). A produção atinge já mais de 300 mil hectolitros. Paralelamente, os vinhos desta área têm reforçado a sua imagem de qualidade no mercado. O dinamismo vitícola recente do Douro Superior adquire ainda maior significado se tivermos em conta o contexto de perda demográfica e de forte diminuição da população activa na agricultura que se tem verificado nesta zona.

Apesar da expansão recente, a vinha ocupa menos de 10% da área desta sub-região que representa mais de 40% da área total da Região Demarcada do Douro. A oliveira, a amendoeira e mesmo os cereais têm aqui maior significado que nas sub-regiões do Baixo e Cima Corgo. Os rendimentos mais expressivos da vinha em relação a outras culturas, a par das condições de mecanização de alguns terrenos do Douro Superior e de um maior equilíbrio entre a qualidade atingida e a produtividade, tiveram um peso determinante na evolução vitícola desta sub-região, apesar das limitações demográficas actuarem em sentido inverso.



Fig. 3 – Quinta do Vesúvio

Estrutura da propriedade vitícola na Região Demarcada do Douro, por sub-regiões (1997):

Sub-região	Área total (ha)	Área de vinha (ha)	Viticultores (n.º)	Produção (hl) em 1996
Baixo Corgo	45 000	12 332	12 021	724 661
Cima Corgo	95 000	17 327	12 524	789 183
Douro Superior	110 000	10 105	7 541	306 744
Total	250 000	39 764	32 086	1 820 588

Fonte: Casa do Douro.

Um breve percurso pelas maiores quintas desta região revela-nos outros aspectos importantes da história vitícola recente.

Em primeiro lugar, muitas destas quintas foram criadas, renovadas ou compradas por empresas exportadoras no período de expansão comercial do vinho do Porto nos anos setenta e oitenta. Só no concelho de Vila Nova de Foz Côa, poderíamos indicar as quintas de Santa Maria ou Ervamoira e Bons Ares (compradas pela Ramos Pinto em 1974), da Leda (criada pela A. A. Ferreira em 1979), de Vale de Cavalos (comprada pela Poças em 1988 e integrando a Quinta da Ribeira da Teja), do Vesúvio (comprada pelo grupo Simington em 1989). Os investimentos vitícolas das empresas exportadoras abarcam muitas outras propriedades no Douro Superior. Junto à Ferradosa, na freguesia de Vale de Figueira, ainda no concelho de S. João da Pesqueira, a Sociedade Agrícola e Comercial dos Vinhos Messias dispõe da Quinta do Cachão (que integra as quintas do Vale de Agodinho e do Rei), comprada em 1956 à Gonzalez Byass. Na mesma freguesia, a Taylor, Fladgate & Yeatman possui, desde finais do século passado, a Quinta de Vargelas. A Sandeman, além da adega do Pocinho, possui a Quinta das Laranjeiras, em Moncorvo, comprada em 1981. A Cockburn, Smithes é proprietária das quintas do Ataíde (em Vila Flor, comprada em 1980), dos Canais (em Beira Grande, Carrazeda de Ansiães, comprada em 1989), do Tua ou dos Ingleses (em Foz-Tua, Carrazeda de Ansiães, comprada em 1889; integra hoje a Quinta da Chousa, comprada em 1973), de Vale Coelho ou Lobazim de Baixo (em Vilarinho da Castanheira, Carrazeda de Ansiães, comprada em 1893; integra hoje as quintas de Cadima, Pescoça e Telhada, esta última adquirida em 1980), além de vinhas em Assares, Vila Flor (LIDDELL e PRICE, 1992: 153-179).

A par deste movimento investidor, a intervenção do Estado, através da Lei 43/80 e do PDRITM (Plano de Desenvolvimento Integrado de Trás-os-Montes), visando aumentar a qualidade dos mostos da região destinados à produção de vinhos do Porto, face ao aumento da procura externa do produto, conduziu ao intensificar de novas plantações em toda a Região Demarcada do Douro, sobretudo no Cima Corgo e no Douro Superior.

Outro aspecto visível na expansão recente da viticultura no Douro Superior é a transformação de antigas áreas cerealíferas em vinhedos. Foi o que aconteceu, por exemplo, em certas vinhas plantadas no Vale da Vilariça, mas também no Vale do Côa (é o caso da Quinta da Ervamoira) e outras zonas.

Finalmente, algumas destas novas explorações vitícolas, ocupando amplas áreas, foram organizadas de maneira exemplar, tanto na escolha dos terrenos, como na armação das vinhas (plantio vertical), na utilização das castas nobres da região (touriga nacional, touriga francesa, tinta roriz, tinta barroca e tinto cão, entre as tintas; codega, gouveio, malvasia fina, malvasia rei e rabigato, entre as brancas), em talhões separados, na mecanização de diversas operações de granjeio, atingindo melhores rendimentos e menores custos que as explorações vitícolas tradicionais da região e, simultaneamente, uma elevada qualidade dos vinhos.

Histórias de pioneiros

Numa zona que parece o «fim do mundo», no pior e no melhor sentido da expressão, onde as acessibilidades são ainda difíceis, com uma população rarefeita, as imagens da vinha perdem-se na imensidão das serranias. Não se tem aqui aquela sensação de que a vinha invade tudo, a paisagem, a vida do homem, a sua história, que tantas vezes nos toca no Baixo e Cima Corgo. Dir-se-ia que no Douro Superior os sentidos se deixam arrastar pelos encantos da natureza selvagem, o canto das cigarras, o voo planado das águias, os aromas intensos da vegetação mediterrânica, a luz e as cores dos rebentos primaveris.

E, no entanto, cada quinta que visitamos é uma descoberta, cheia de histórias de velhos e novos pioneiros. Bastará invocar a memória do Barão do Seixo e de Afonso Cabral no Cachão, de Ramiro Sobral nos Canais, de António Bernardo Ferreira no Vesúvio, ou de D. Antónia que nos acompanha até ao Vale de Meão (onde também encontramos Fernando Nicolau de Almeida às voltas com a criação do «Barca Velha»), de Guerra Junqueiro na Batoca, de Augusto Guerra e de Sarmiento Rodrigues em Santiago, de Miguel António Ferreira no Silho, de José António Rosas na Ervamoira ou na Touriga... Cada momento de invocação é único e demorado, exige tempo para percorrer as terras, as casas, os armazéns e os lagares, observar velhas peças que já foram novidades, folhear os álbuns de fotografias, ouvir as memórias que passam de geração em geração e contam histórias de velhos e novos pioneiros...



Fig. 4 – Quinta de Ervamoira

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de — *O cultivo da vinha durante a Antiguidade Clássica na Região Demarcada do Douro: ponto da situação*. «Douro — Estudos & Documentos». Porto: GEHVID, 1996, nº 2, p. 18-30.
- ANTUNES, João Viana; FÁRIA, Pedro Baêre de — *Estações romanas na Região Demarcada a Sul do Douro*. «Douro — Estudos & Documentos». Porto: GEHVID, 1997, nº 3, p. 11-16.
- AZEVEDO, D. Joaquim de — *História eclesiástica da cidade e bispado de Lamego escrita por... e continuada por um cônego da Sé de Lamego*. Porto: Tip. do «Jornal do Porto», 1877.
- BARRETO, António — *Douro*. Lisboa: Inapa, 1993.
- CABRAL, Afonso do Vale Pereira Coelho — *A região vinhateira do Alto Douro desde Barca de Alva até ao Cachão da Valeira*. «Boletim da Direcção Geral da Agricultura». 6º ano, nº. 3. Lisboa, 1895.
- COIXÃO, António N. Sá — *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa, 1996.
- FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da. GALHANO, Fernando, PIMENTEL, E. Serpa e ROSAS, J. António — *O vinho do Porto. Notas sobre a sua história, produção e tecnologia*. Porto: IVP, 1981.
- GARCÍA MERCADAL, J. (compilação, tradução, prólogo e notas) — *Viajes de extranjeros por España y Portugal*. 2 vol. Madrid: Aguilar, 1952-1959.
- GIRÃO, Antonio Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira — *Memória histórica e analítica sobre a Companhia dos Vinhos denominada da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1833.
- LEMA, Paula Bordalo — *O Alto Douro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1980.
- LIDDELL, Alex; PRICE, Janet — *As Quintas do Vinho do Porto*. Lisboa: Quetzal, 1992.
- MARTINS, Conceição Andrade — *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1990.
- MONTEIRO, Manuel — *O Douro. Principais Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*. Porto: Imprensa Moderna, 1911.
- NEVES, José Acúrcio das — *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*. (1810). In *Obras Completas de José Acúrcio das Neves*. Vol. 2. Porto: Afrontamento, s/d.
- OLIVEIRA, Aurélio de (introdução e notas); COSTA, Natália Fauvrelle (transcrição) — *Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior em finais do século XVIII*. «DOURO — Estudos & Documentos». Porto: GEHVID, 1996, nº 1, p. 196-258.
- PEREIRA, Gaspar Martins — *A Região do Vinho do Porto: origem e evolução de uma demarcação pioneira*. «DOURO — Estudos & Documentos». Porto: GEHVID, 1996, nº 1, p. 177-194.
- PEREIRA, Gaspar Martins — *Notas para a história contemporânea de Foz Côa*. «Boletim da Universidade do Porto». Ano V, nº 25, p. 33-36.
- PEREIRA, Gaspar Martins — *O Douro e o Vinho do Porto, de Pombal a João Franco*. Porto: Afrontamento, 1991.
- PEREIRA, Gaspar Martins; OLAZABAL, María Luisa — *Dona Antónia*. Porto: A.A.Ferreira, 1996.
- PEREIRA, Gaspar Martins; SOUSA, Fernando — *Alto Douro: Douro Superior*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- REIS, António Matos — *Origens dos Municípios Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.
- RODRIGUES, Adriano Vasco — *Terras da Meda: natureza e cultura*. Meda, 1983.
- VILA MAIOR, Visconde de — *Ampelografia e Enologia do Douro*. «Arquivo Rural». Vol. VIII-IX. Lisboa, 1865-1866.
- VILA MAIOR, Visconde de — *O Douro Ilustrado*. Porto: Magalhães & Moniz, 1876.